

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III***DECISÃO DO RECURSO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90.080/2024****Processo Licitatório nº 09.741/2024.****Pregão Eletrônico nº 90.080/2024.**

**REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Dióxido de Carbono Medicinal (CO<sub>2</sub>), para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 1 (um) ano.**

Em cumprimento ao disposto nos termos do, artigo 165º, inciso I, parágrafo §2º da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021 a Pregoeira desta Secretaria Municipal de Infraestrutura e Logística, instituído pela Portaria nº 818 de 03 de julho de 2024, da Prefeitura Municipal de Nova Friburgo, procedeu ao julgamento do Recurso interposto pela empresa **GMB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, doravante denominada Recorrente, em 10 de setembro de 2024, portanto, tempestivo, contra a decisão que classificou as empresas vencedoras para o único Item, nos termos do Edital do Pregão Eletrônico nº 90.080/2024, que foi aceito de forma automática pelo sistema, sem juízo de Admissibilidade por parte desta pregoeira e equipe de apoio.

**I - DAS PRELIMINARES**

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso já identificado, pelo que se passa à análise de sua alegação.

**II - DO RELATÓRIO**

A Recorrente, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br recurso pedindo a reconsideração da decisão conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrente sucintamente alega que, (i) que após ser declarada vencedora, na fase de habilitação, restou solicitada a apresentação de documentação complementar às 14:36:53, porém às 15:28:37 do mesmo dia, a empresa foi inabilitada, o breve intervalo de tempo entre a solicitação e a inabilitação restringiu a possibilidade de atender adequadamente a demanda; (ii) que o próprio edital admite a apresentação de itens semelhantes como comprovação de capacidade.

**III. DAS CONTRARRAZÕES -**

A Recorrida, também tempestivamente, apresentou, por meio do Sistema Compras.gov.br, suas contrarrazões rebatendo as alegações do recurso apresentado pela empresa **GMB COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, conforme as considerações apresentadas abaixo:

A recorrida sucintamente alega que, (i) contrariamente ao alegado pela recorrente, o instituto da diligência realizada pelo pregoeiro é uma faculdade e não uma exigência, uma vez que a Administração poderá realizar diligências, (ii) que a recorrente deixou de trazer aos autos no momento oportuno, conforme previsto no item 15.8.1, documentação que atestaria a sua qualificação técnica e a diligência não se presta para a inclusão de documento novo que já deveria fazer parte dos documentos anteriormente

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

enviados, (iii) que da análise da documentação acostada aos autos pela recorrida, verifica-se que a mesma não foi capaz de arrolar sequer um Atestado de Capacidade Técnica que comprove a experiência pretérita no fornecimento Dióxido de Carbono Medicinal (CO<sub>2</sub>).

**IV - DA ANÁLISE**

Tendo em vista que as alegações apresentadas no recurso são de cunho técnico, feitas as devidas considerações por esta Comissão e pela leitura do edital, é fácil observar que a pregoeira corretamente provocou o licitante, ora recorrente, com fundamento no item 15.11 do edital, que trata da diligência para fins de encaminhamento de documentos complementares pelo licitante para a comprovação da proposta readequada apresentada. Contudo o licitante mesmo após em chat ser questionado em nenhum momento veio a responder pelo aceite ou negativa da diligência.

Outrossim, ressaltamos também que é de inteira responsabilidade do licitante providenciar, em tempo hábil, toda a documentação necessária para participar de uma seleção de licitação pública.

Ressalta-se o certame observou todos os prazos legais e princípios que regem o procedimento licitatório, com ampla publicidade e transparência, e, mesmo assim este recorrente claramente descumpriu com as regras editalícias.

Conforme a lição do administrativista MARÇAL JUSTEN FILHO:

“Depois de editado o ato convocatório, inicia-se a chamada fase externa da licitação. Os particulares apresentam as suas propostas e documentos, que serão avaliados de acordo com os critérios previstos na Lei e no ato convocatório. Nessa segunda fase, a Administração verificará quem, concretamente, preenche

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

mais satisfatoriamente as condições para ser contratado. Também nessa etapa se exige o tratamento isonômico. Trata-se, então, da isonomia na execução da licitação. Todos os interessados e participantes merecem tratamento equivalente.”

Ainda, forçoso registrar que aquele que participa da licitação tem o dever jurídico de atentar para todas as suas exigências.

Vale ressaltar que, no edital de licitação, cláusula 9, que trata do envio do julgamento da proposta, traz a seguinte informação:

**9.12 - Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.**

No entanto, é certo que o tempo concedido para juntada do documento restou inferior às 2h (duas horas), especialmente por não ter havido a convocação de anexo no sistema para envio do mesmo. Caso fosse concedido o prazo regulamentar de convocação de anexo, não obstante a falta de traquejo da Recorrente, certamente teria tempo hábil de enviar em sede de diligência o Atestado de Capacidade Técnica correto e adequado.

Nesse sentido, é possível vislumbrar o Acórdão 265/10 do Plenário do Tribunal de Contas da União:

“Estabeleça prazo razoável e não exíguo, bem assim disponibilize os meios necessários e adequados, para que os concorrentes possam remeter os documentos referentes à proposta ou à habilitação, de forma a evitar a injusta desclassificação de licitantes, à luz dos princípios da

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

proporcionalidade e da razoabilidade e do art. 25, §§ 2º e 3º, do Decreto 5.450/05. (g.n)”

A finalidade da licitação, como consta no edital, é a de viabilizar a escolha da proposta mais vantajosa, o que deve ser ponderado em contraponto ao rigorismo e precipitado julgamento de inabilitação da Recorrente. Afinal, considerando que a finalidade da licitação pública de obtenção do menor preço é atingida com a Recorrente, há inobservância ao princípio da Razoabilidade e Proporcionalidade com a sua inabilitação.

Ainda neste sentido, somente serão válidos os atestados de capacidade técnica que comprovem o fornecimento exato do objeto solicitado, sob pena de se admitir a contratação de empresa que não detenha a capacidade técnica mínima necessária ao desempenho do trabalho que se pretende contratar.

Vale ressaltar que, no edital de licitação, cláusula 19, que trata da qualificação técnica, traz a seguinte informação:

**19.2.1 - As certidões ou atestados de capacidade técnica deverão demonstrar que a licitante efetuou execução bem-sucedida com quantidade de no mínimo 50% (cinquenta por cento) da parcela de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação.**

**19.2.1.1 Parcela de maior relevância: DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO2), PARA USO EM VIDEOCIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG. (pelo menos 480).**

Noutro giro, eventual atestado de capacidade técnica, ou qualquer outro documento apresentado no curso do certame, que traga em seu bojo informações inverídicas não podem ser admitidas.

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

Ocorre que a realização de diligências é medida legal que representa importante instrumento concedido ao pregoeiro, para que sejam esclarecidas dúvidas e elucidados pontos necessários à condução assertiva do processo. para o esclarecimento de dúvidas relacionadas às propostas.

Tal prerrogativa tem por objetivo, outrossim, a busca pela proposta mais vantajosa pela Administração, além da aplicação do princípio do formalismo moderado nos processos licitatórios.

Com efeito, é imprescindível e totalmente razoável que sejam efetuadas diligências por parte do Pregoeiro com o intuito de esclarecer que o conteúdo das propostas condiz efetivamente com a capacidade da empresa em ofertar tal objeto, exatamente da maneira como foi demandado pelo Edital.

**V - DA ANÁLISE JURÍDICA**

Por todo o exposto, feitas as considerações acima narradas, restou encaminhado o presente processo à Procuradoria Geral do Município para análise e manifestação jurídica, com o intuito de subsidiar a decisão desta pregoeira.

Neste sentido, a D. Procuradoria concluiu que (I) uma vez aberta a realização de diligência e não respeitando o prazo de 02 (duas) horas, conforme relatado pela Pregoeira no despacho de fls. 33/38, resta caracterizada a violação do subitem 15.12 do Edital, eis que a preclusão somente poder-se-ia efetivar após findar o referido prazo sem o envio da documentação; (II) quanto à comprovação da capacidade técnico-operacional, tanto a doutrina quanto a jurisprudência dos tribunais pátrios e do Tribunal de Constas da União são consolidadas ao admitir a apresentação de atestados de serviços com características semelhantes ou de complexidade até superior, mas não idêntica ao objeto licitado, salvo justificativa lógica, técnica ou científica que motive a excepcionalidade da situação, devendo a Secretara requisitante ser instalada a se manifestar acerca da existência de

SECRETARIA DE  
INFRAESTRUTURA  
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão III*

similaridade/compatibilidade dos atestados apresentados pela recorrente (fls. 377/379 do processo licitatório);

**V - DA ANÁLISE TÉCNICA**

Quanto à análise por parte da secretária requisitante, a mesma manifestou pela total concordância com o parecer exarado pela d. PGM às fls. 39/60, eis que imprescindível o atendimento integral das disposições editalícias.

**VI - DA DECISÃO DO PREGOEIRO**

Isto posto, com fulcro no Artigo 165, § 2º da Lei 14.133/2021 e subsidiado pela manifestação jurídica exarada pela Procuradoria Geral do Município, sem nada mais a evocar, **CONHEÇO** do presente Recurso interposto pela empresa GMB COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, no bojo do processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 90.080/2024, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, alterando a decisão anteriormente proferida, decidindo pela desclassificação da empresa AIR LIQUIDE BRASIL LTDA para o Item.

Por fim, informamos que esta decisão será publicada na íntegra em <https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em <http://www.comprasnet.gov.br>.

Atenciosamente

**Fernanda Medeiros Rodrigues**  
Pregoeira – Comissão de Pregão III  
Matricula: 468.036